



# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20  
25





# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 Marapanim





## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

## FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Osvaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

## EXPEDIENTE

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**  
Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**  
Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**  
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**  
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**  
Organização



# ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

<b>Objetivo 1</b> - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

<b>Objetivo 2</b> - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

<b>Objetivo 3</b> - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

<b>Objetivo 4</b> - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

<b>Objetivo 5</b> - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

<b>Objetivo 6</b> - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----





	<b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....</b>	<b>24</b>
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	<b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....</b>	<b>27</b>
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	<b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....</b>	<b>29</b>
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	<b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....</b>	<b>32</b>
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	<b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....</b>	<b>34</b>
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	<b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....</b>	<b>36</b>
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	<b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....</b>	<b>39</b>
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	<b>Objetivo 14 – Vida na Água.....</b>	<b>41</b>
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	<b>Objetivo 15 – Vida Terrestre.....</b>	<b>42</b>
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	<b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....</b>	<b>45</b>
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	<b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....</b>	<b>47</b>
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	<b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....</b>	<b>50</b>
	<b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....</b>	<b>51</b>



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
<b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	13
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	15
<b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	16
<b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
<b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	19
<b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
<b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
<b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	24
<b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25





# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
<b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
<b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, Marapanim x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
<b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Marapanim x RI Guamá x Pará (2018-2022) .....	31
<b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	32
<b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2022) .....	33
<b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	35
<b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
<b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	37
<b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	38
<b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	40
<b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	42
<b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	43
<b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
<b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	46
<b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023) .....	47
<b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Marapanim x RI Guamá x Pará (2018-2022) .....	48
<b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
<b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Marapanim x RI Guamá x Pará (2025) .....	50



# INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Marapanim (PA)**.





# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

*Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



## Evolução da Taxa de Pobreza

Em Marapanim, a taxa de pobreza apresentou uma leve redução de 53,8% em 2019 para 51,8% em 2020, seguida por uma pequena alta para 52,4% em 2021. Em 2022, houve um salto expressivo para 76,3%, sinalizando um forte agravamento da situação socioeconômica local. No entanto, em 2023, observou-se uma queda significativa para 56,3%, ainda acima dos níveis iniciais da série. A Região de Integração (RI) do Guamá teve comportamento semelhante, variando de 45% em 2019 para um pico de 61,8% em 2022 e retornando a 44,8% em 2023. O estado do Pará seguiu tendên-

cia similar, oscilando de 41,7% em 2019 para 59,4% em 2022 e caindo para 44,3% em 2023 (Gráfico 1).

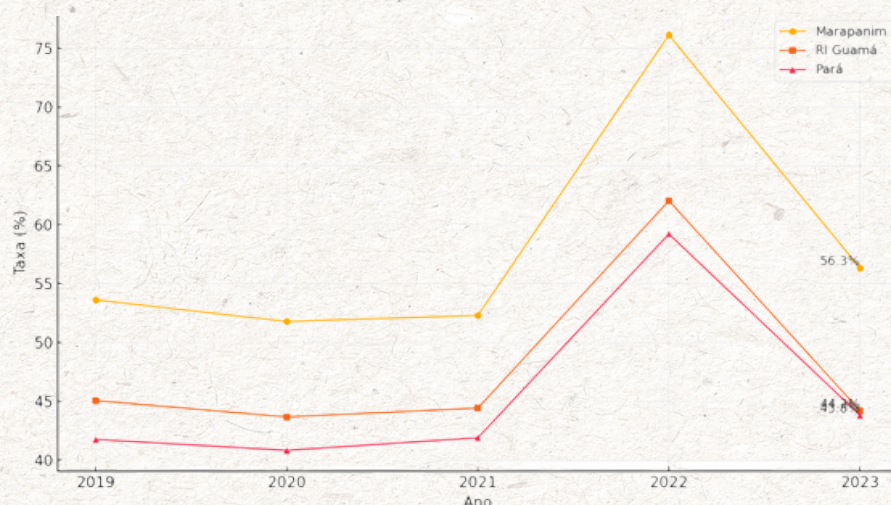
Essa evolução revela um impacto concentrado no ano de 2022, provavelmente influenciado por efeitos prolongados da pandemia e da inflação, com posterior recuperação em 2023. Marapanim manteve patamares de pobreza superiores à média estadual e da RI em todos os anos analisados. O descolamento mais acentuado em 2022 evidencia uma maior vulnerabilidade socioeconômica do município frente a choques externos. Apesar da redução poste-





rior, a taxa de 56,3% em 2023 permanece significativamente elevada, sugerindo que os efeitos da crise ainda não foram plenamente revertidos na localidade (Gráfico 1).

**Gráfico1** - Evolução da Taxa de Pobreza, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 56,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesas Públicas com Serviços essenciais

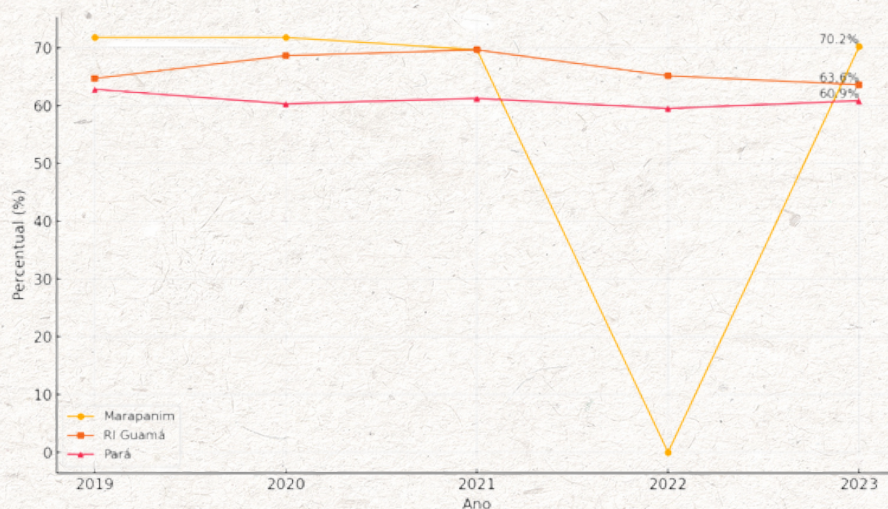
Marapanim apresentou estabilidade nos percentuais de despesas públicas com serviços essenciais entre 2019 e 2021, variando de 71,8% a 70,1%. Em 2022, porém, houve uma queda abrupta para 0%, sinalizando provável inconsistência nos dados ou colapso na alocação orçamentária. Em 2023, o índice foi reestabelecido em 70,2%, voltando aos níveis anteriores. A RI Guamá oscilou levemente, indo de 64,6% em 2019 a 63,6% em 2023, com pico de 69,7% em 2021. O estado do Pará manteve certa estabilidade, com percentuais entre 59,1% e 62,1%, atingindo 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

O comportamento anômalo de Marapanim em 2022 contrasta com a estabilidade da RI e do estado, apontando para uma descontinuidade no gasto local ou erro de registro. Em geral, o município apresenta proporções significativamente mais altas de aplicação em serviços essenciais que suas referências regionais, o que pode indicar maior priorização local de políticas públicas sociais, exceto pela interrupção de 2022. A retomada dos patamares anteriores em 2023 é positiva, mas ressalta a necessidade de melhor continuidade administrativa e transparência fiscal (Gráfico 2).





**Gráfico 2** - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

## ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.*



## Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

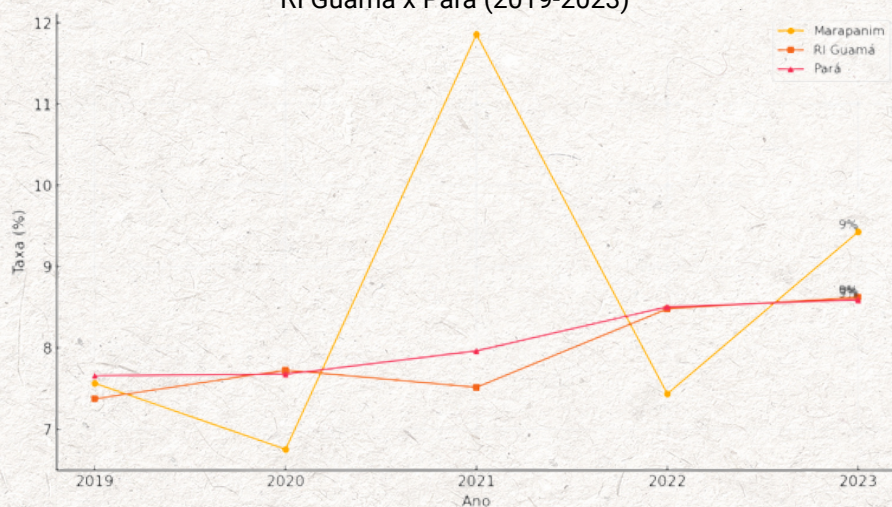
Marapanim iniciou 2019 com taxa de 7,6%, apresentando leve queda em 2020 (6,7%) e forte elevação para 11,8% em 2021, o maior valor da série. Nos dois anos seguintes, a taxa caiu para 7,4% em 2022, e depois subiu novamente para 9% em 2023. A RI Guamá apresentou crescimento contínuo, saindo de 7,4% em 2019 para 8,6% em 2023. O estado Pará teve evolução similar, partindo de 7,6% para 8,7% no mesmo período (Gráfico 3).

Os dados revelam instabilidade preocupante em Marapanim, com picos em 2021 e

nova alta em 2023, contrastando com a elevação gradual e estável nas demais escalas territoriais. Esse padrão sugere vulnerabilidades específicas no atendimento pré-natal e nas condições maternas locais. A taxa de 9% em 2023 coloca o município novamente acima das médias regional (8,6%) e estadual (8,7%), reforçando a necessidade de medidas voltadas à saúde da gestante e da criança. A oscilação também pode refletir descontinuidade nas políticas públicas locais voltadas à saúde materno-infantil (Gráfico 3).



**Gráfico 3** - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

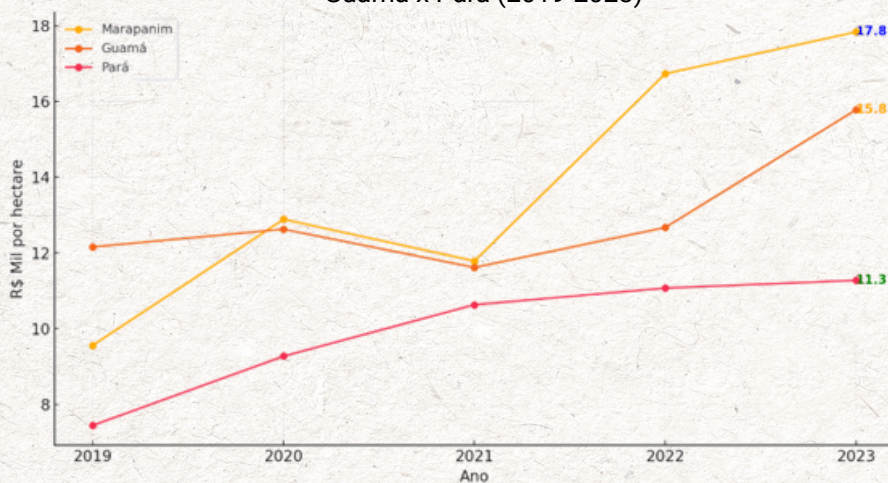


### Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Marapanim, a produtividade agrícola apresentou forte crescimento, saltando de R\$ 9,6 mil/ha em 2019 para R\$ 12,8 mil/ha em 2020. Após uma leve queda para R\$ 11,7 mil/ha em 2021, o indicador retomou trajetória ascendente, atingindo R\$ 16,9 mil/ha em 2022 e chegando a R\$ 17,8 mil/ha em 2023. A RI Guamá seguiu ritmo semelhante, saindo de R\$ 11,9 mil/ha em 2019 e alcançando R\$ 15,8 mil/ha em 2023. Já o Pará, embora também em crescimento, mantém produtividade inferior, passando de R\$ 7,3 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha no mesmo intervalo (Gráfico 4).

Esse desempenho coloca Marapanim em destaque, superando tanto sua RI quanto o estado do Pará em todos os anos analisados, com diferença cada vez maior. O avanço contínuo sugere melhorias no uso de tecnologias agrícolas, expansão da produção e/ou maior eficiência no aproveitamento da terra. Esse resultado pode estar associado a políticas locais de incentivo à agricultura familiar, ao crédito rural ou à mecanização. O fato de superar em mais de R\$ 6 mil/ha a média estadual reforça o potencial agrícola do município como vetor de desenvolvimento regional (Gráfico 4).

**Gráfico 4** - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.







# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

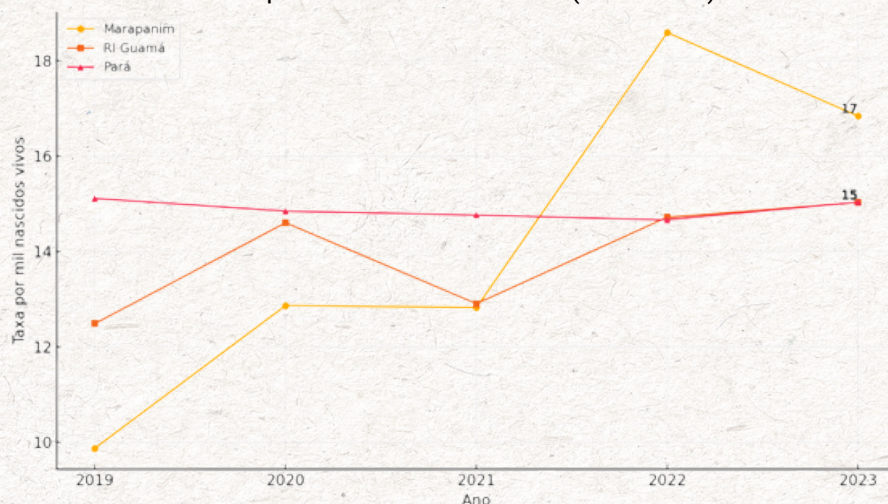
Em Marapanim, a taxa de mortalidade infantil começou em 2019 com 9,8 por mil nascidos vivos e subiu para 12,8 em 2020 e 12,9 em 2021, mas teve um salto expressivo em 2022, alcançando 18,7, antes de cair para 17 em 2023. A RI Guamá variou entre 12,5 em 2019 e 14,9 em 2020, mantendo-se entre 12,9 e 14,8 nos demais anos. Já o estado do Pará apresentou estabilidade entre 14,9 e 15 ao longo do período. Isso mostra que, embora Marapanim tenha iniciado o ciclo com uma taxa abaixo da média estadual, sua tendência foi de alta acentuada (Gráfico 5).

A elevação observada em Marapanim, especialmente após 2021, indica um agravamento nas condições de saúde infantil local, possivelmente relacionado à carência de infraestrutura e assistência neonatal. Enquanto o estado e a RI mantêm estabilidade, o município apresentou uma disparada no indicador, alcançando patamares preocupantes. A queda de 2023 ainda o posiciona acima da média estadual (15), sugerindo que ações de saúde pública específicas são urgentes para reverter esse quadro (Gráfico 5).





**Gráfico 5** - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

Marapanim apresentou um número consistentemente baixo de médicos por 10 mil habitantes ao longo do período: 3,2 em 2019, 2,5 em 2020, 2,8 em 2021, 3,3 em 2022 e novamente 3 em 2023. A RI Guamá começou em 4,2 e subiu gradativamente até 6 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Já o estado do Pará partiu de 8,5 em 2019 e atingiu 11 em 2023, indicando expansão significativa da cobertura médica estadual (Gráfico 6).

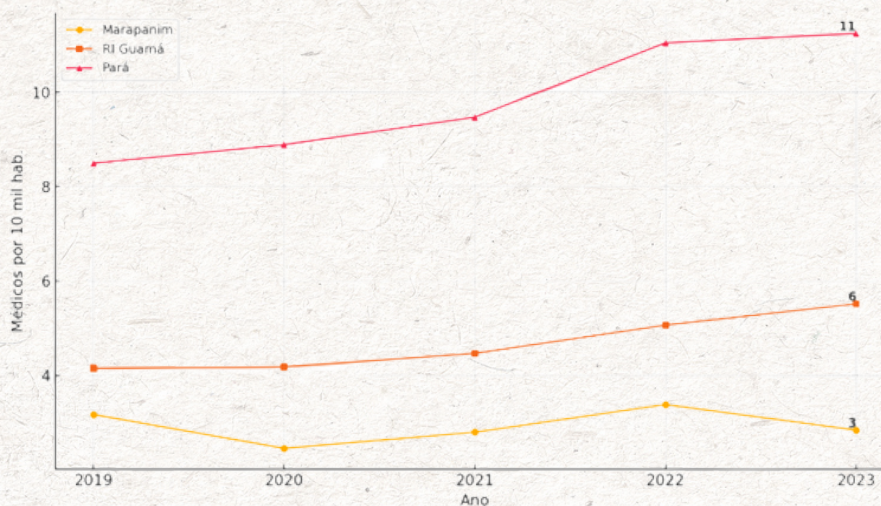
O baixo número de médicos em Mara-

panim, quase três vezes inferior ao do estado em 2023, reflete uma limitação severa na oferta de atendimento médico à população. Essa carência pode estar diretamente relacionada à alta taxa de mortalidade infantil observada. A comparação com os patamares da RI Guamá e do Pará evidencia uma grande disparidade, sinalizando a necessidade de políticas públicas de interiorização de profissionais da saúde (Gráfico 6).





**Gráfico 6** - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

*Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*

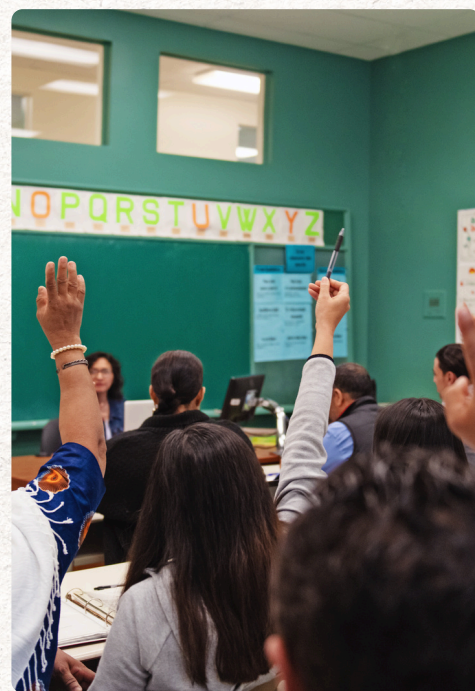
O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

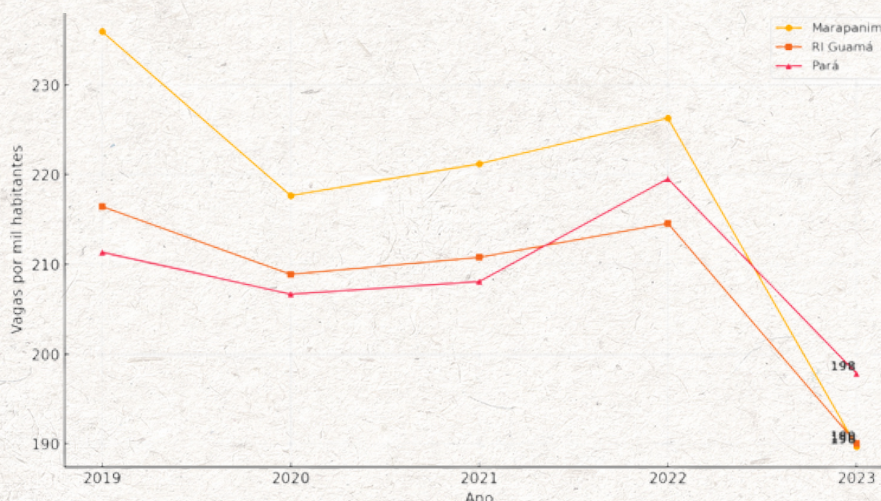
Marapanim iniciou 2019 com 235 vagas por mil habitantes, mas apresentou queda para 218 em 2020. Em seguida, houve uma leve recuperação para 222 em 2021 e 226 em 2022, antes de uma redução acentuada para 190 em 2023. A RI Guamá iniciou com 216 vagas em 2019 e terminou com 190 em 2023, e o estado do Pará passou de 211 para 198 no mesmo intervalo. Apesar da queda final, Marapanim manteve vantagem relativa até 2022 (Gráfico 7).

O declínio em 2023 igualou os níveis de Marapanim aos da RI, apagando a superioridade anterior. Isso indica possível retração na oferta de matrículas ou mudança demográfica. A redução abrupta no último ano pode comprometer o acesso à educação pública local, exigindo análise mais detalhada sobre a causa dessa queda. Ainda assim, até 2022, o município se destacava positivamente na capacidade de atendimento escolar proporcional (Gráfico 7).





**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 190 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Marapanim, o percentual de escolas com acesso à internet cresceu continuamente, de 36,4% em 2019 para 41,5% em 2020, depois para 45,9% em 2021, 63,2% em 2022 e 88,1% em 2023. A RI Guamá também avançou, de 32,1% para 77,1%, e o estado do Pará de 33,9% para 65,6% no mesmo período. Marapanim se destacou especialmente entre 2022 e 2023, quando o crescimento foi mais acentuado que nos demais níveis territoriais (Gráfico 8).

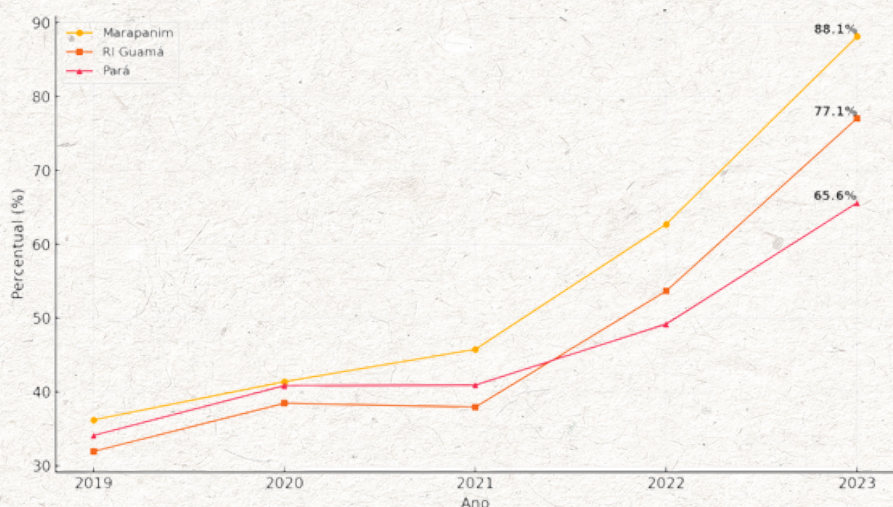
O avanço contínuo de Marapanim no

acesso à internet nas escolas representa um progresso importante na infraestrutura educacional. Em 2023, o município superou tanto a RI Guamá quanto o estado, indicando que investimentos específicos foram realizados para promover a digitalização do ensino. Esse fator pode compensar, em parte, a queda no número de vagas por mil habitantes e representa uma oportunidade para fortalecimento do ensino híbrido e uso de tecnologias educacionais (Gráfico 8).





**Gráfico 8** - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

### Violência Contra a Mulher por Parceiros



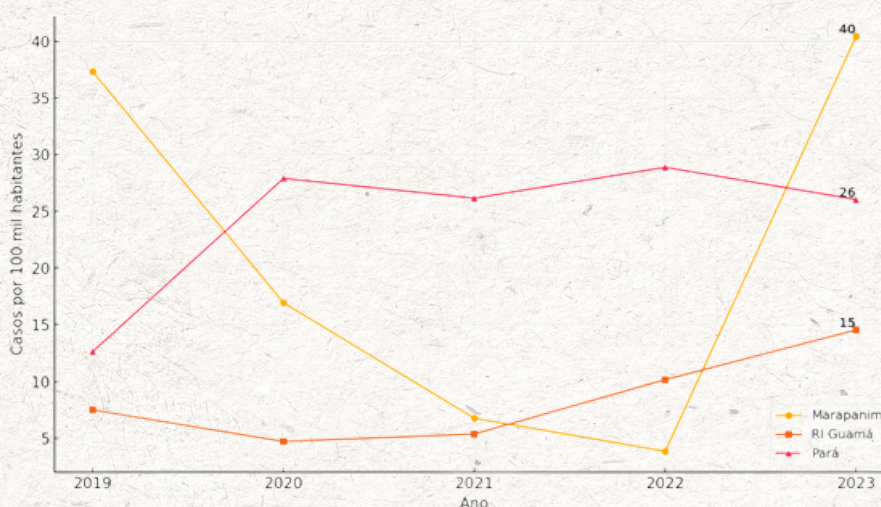
Em Marapanim, os registros de violência contra a mulher por parceiros apresentaram oscilações intensas: 37,3 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 17,1 em 2020, 6,5 em 2021, chegando ao menor patamar de 3,7 em 2022 e disparando para 40 em 2023. Já a RI Guamá mostrou crescimento moderado de 7,5 em 2019 para 15 em 2023, enquanto o Pará teve aumento de 12,9 em 2019 para 26 em 2020 e leve variação até atingir 26 novamente em 2023 (Gráfico 9).





O comportamento de Marapanim revela grande instabilidade, com queda expressiva até 2022 e uma explosão em 2023, atingindo o maior índice da série. Isso pode indicar tanto subnotificações em anos anteriores quanto crescimento real dos casos. A discrepância em relação à média da RI e do estado em 2023 evidencia um agravamento local da violência de gênero. Essa situação exige atenção urgente por parte da gestão pública com foco em políticas de proteção à mulher e mecanismos de denúncia (Gráfico 9).

**Gráfico 9** - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Marapanim iniciou 2019 com 36,4% de ocupação feminina em cargos gerenciais, percentual que caiu nos dois anos seguintes, atingindo 30% em 2020 e 23,8% em 2021. Em 2022, houve recuperação para 31,4%, mantendo-se praticamente estável em 2023 com 30,8%. A RI Guamá, por sua vez, apresentou leve oscilação, indo de 41,7% em 2019 para 38,5% em 2023. Já o Pará manteve níveis elevados e estáveis, acima de 48%, terminando com 47,3% (Gráfico 10).

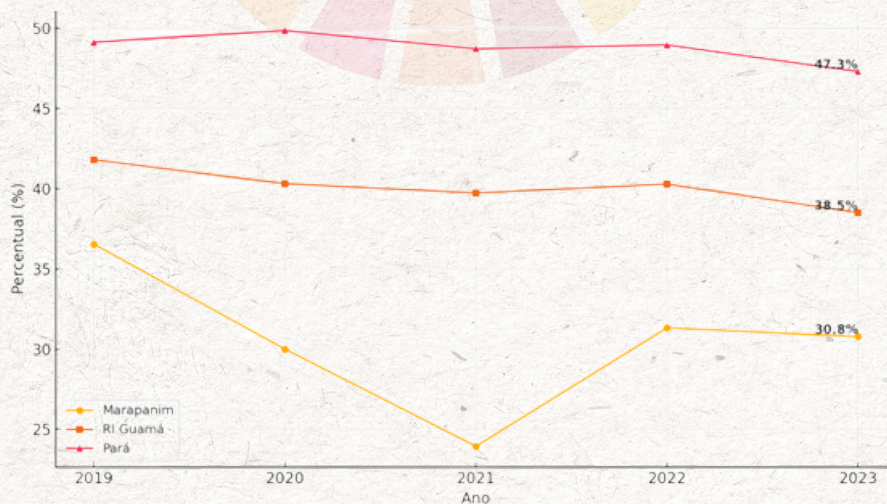






A evolução do indicador mostra que Marapanim enfrenta um contexto de baixa e instável participação feminina em posições de liderança, com níveis inferiores à RI e muito abaixo da média estadual. Apesar da recuperação recente, os valores permanecem distantes do ideal. A manutenção de desigualdades de gênero no mercado de trabalho local reforça a necessidade de ações afirmativas que promovam o empoderamento feminino e igualdade de oportunidades no setor público e privado (Gráfico 10).

**Gráfico 10** - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 6

## ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

### Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

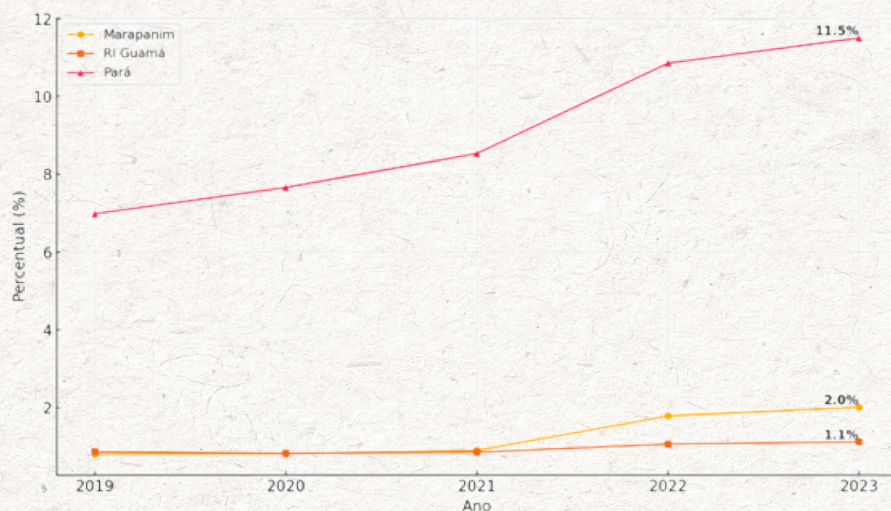
Em Marapanim, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto era de apenas 0,9% em 2019 e 2020, subindo discretamente para 1% em 2021 e 1,8% em 2022, encerrando em 2% em 2023. A RI Guamá oscilou de 0,9% em 2019 para 1,1% em 2023. Já o estado do Pará teve evolução mais robusta, partindo de 7% em 2019 até alcançar 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Os dados revelam uma grave deficiência de infraestrutura de saneamento básico voltada à população mais vulnerável em Marapanim. Mesmo com o leve crescimento nos últimos anos, o município está muito aquém das médias estadual e regional. A baixa cobertura de esgotamento sanitário é um fator que agrava condições de saúde pública, reforçando desigualdades e apontando para uma carência histórica de investimentos nessa área (Gráfico 11).





**Gráfico 11** - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto municipal com saneamento per capita em Marapanim foi de R\$ 11,33 em 2019 e 2020, subindo para R\$ 17,5 em 2021. Em 2022, porém, houve queda brusca para R\$ 0, permanecendo assim em 2023. A RI Guamá manteve-se entre R\$ 16 e R\$ 11 no período, enquanto o Pará apresentou aumento expressivo, indo de R\$ 79,6 em 2019 para R\$ 137 em 2023, com pico de R\$ 151,2 em 2022 (Gráfico 12).

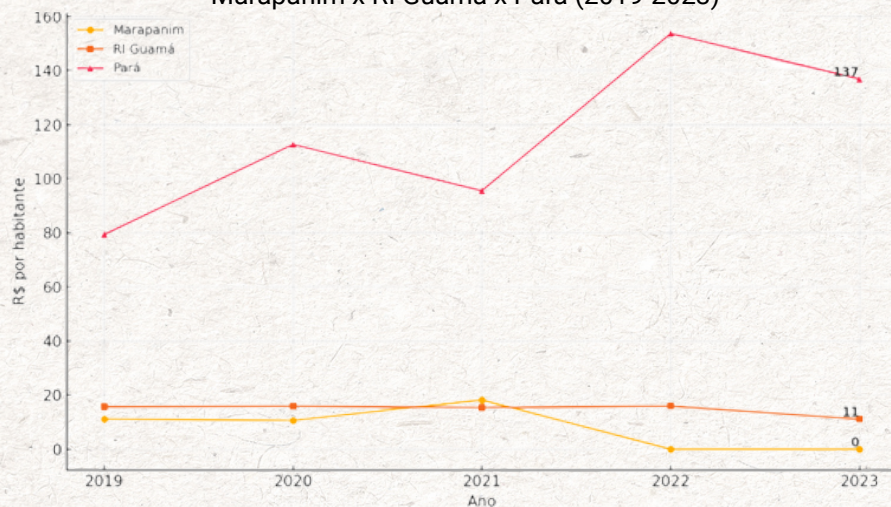
A trajetória do gasto per capita em Marapanim indica forte

descontinuidade no financiamento da política de saneamento, o que se reflete na baixa cobertura de esgoto observada. A interrupção total dos investimentos nos dois anos mais recentes agrava a situação e compromete o avanço do setor. Em comparação com os níveis estaduais, a discrepância é marcante e demonstra a urgência de retomada e ampliação do orçamento voltado ao saneamento básico local (Gráfico 12).





**Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

*Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.*

### Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



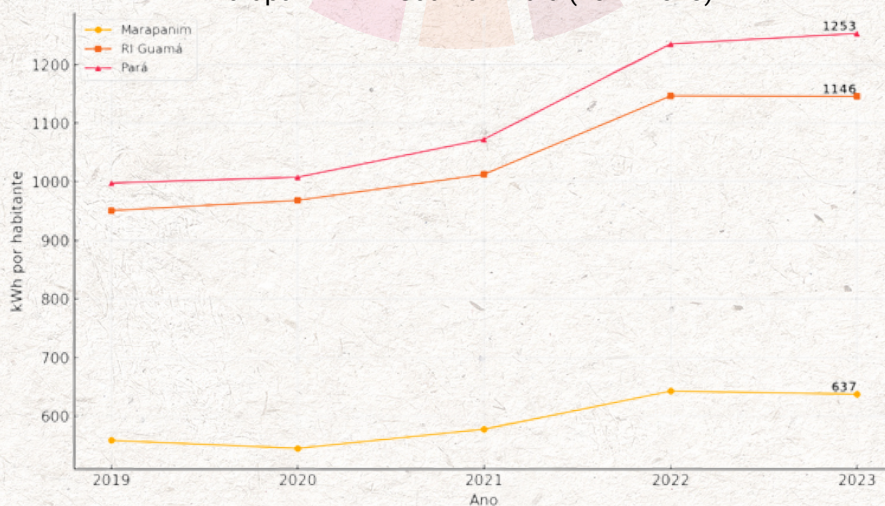
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Marapanim, o consumo per capita de energia elétrica iniciou em 558 kWh por habitante em 2019, caiu para 543 em 2020, e a partir de então apresentou crescimento: 578 kWh em 2021, 643 em 2022, encerrando em 637 kWh em 2023. Apesar da evolução positiva, o município segue com consumo significativamente inferior à média da RI Guamá (que fechou 2023 com 1.146 kWh) e ao estado do Pará, que alcançou 1.253 kWh nesse mesmo ano. O crescimento estadual foi mais expressivo, saltando de 996 para 1.253 kWh/hab. no período (Gráfico 13).



A discrepância entre Marapanim e os demais recortes territoriais evidencia desigualdades no acesso ou intensidade de uso de energia elétrica. Embora tenha havido avanços no município, o nível de consumo ainda é cerca de metade do registrado na RI e no estado. Isso pode estar relacionado a fatores como renda, padrão de urbanização e acesso a eletrodomésticos. O crescimento local entre 2020 e 2022 é um ponto positivo, mas a ligeira retração em 2023 sugere a necessidade de vigilância quanto à expansão da infraestrutura e à capacidade de consumo das famílias (Gráfico 13).

**Gráfico 13** - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 637 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

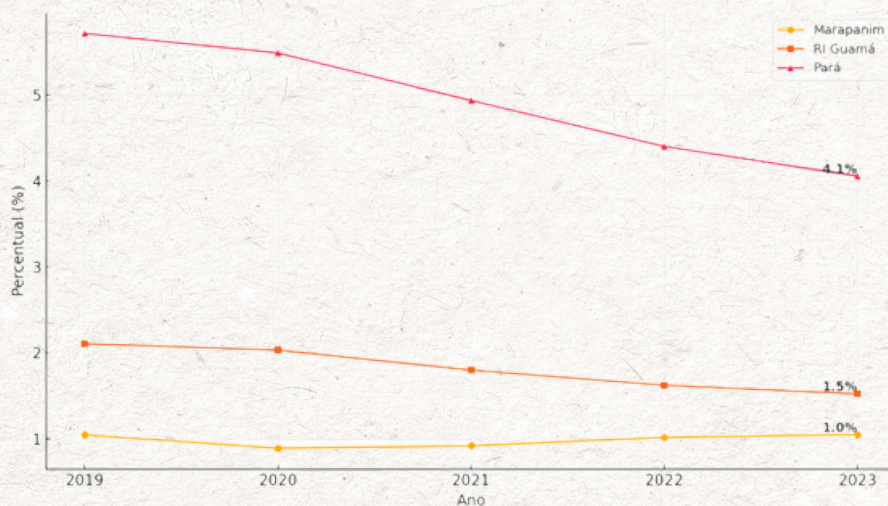
Em Marapanim, o percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação de origem fóssil era de 1,1% em 2019, recuando para 0,9% em 2020 e mantendo-se praticamente estável nos anos seguintes: 0,9% em 2021, 1% em 2022 e permanecendo em 1% em 2023. A RI Guamá apresentou queda de 2,1% em 2019 para 1,5% em 2023, enquanto o estado do Pará iniciou com 5,7% em 2019 e finalizou em 4,1%, apesar de ter registrado maior redução absoluta ao longo do período (Gráfico 14).



Os dados mostram que Marapanim já possuía, desde o início da série, baixos percentuais de domicílios com iluminação fóssil, mantendo-se abaixo da média da RI Guamá e muito abaixo do percentual estadual. A estabilidade ao longo dos anos sugere que a cobertura elétrica nos domicílios de baixa renda já era relativamente satisfatória, com pouco espaço para variações. Ainda assim, a estagnação pode indicar ausência de políticas proativas para erradicar o uso de fontes fósseis, o que permanece como um desafio na busca pela universalização do acesso à energia limpa e segura (Gráfico 14).



**Gráfico 14** - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



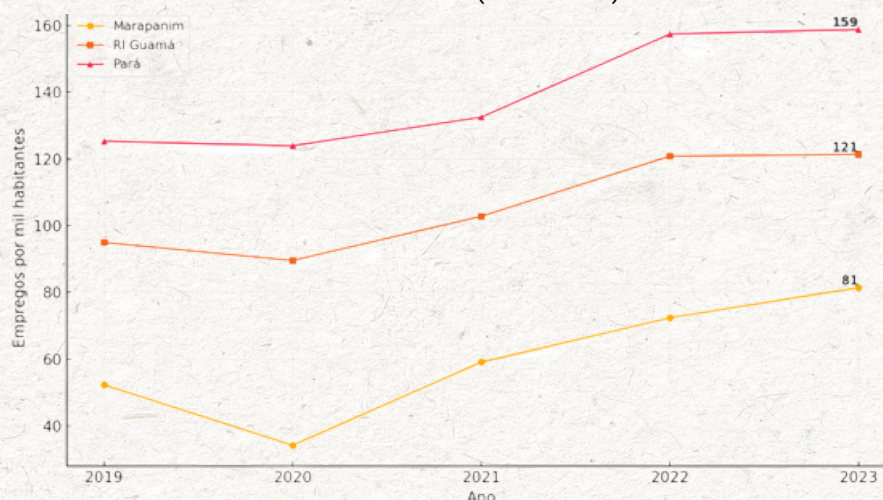
## Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Marapanim, o número de empregos formais por mil habitantes era de 52 em 2019, caindo para 34 em 2020, possivelmente em razão dos efeitos da pandemia da COVID-19. A partir de 2021, observou-se recuperação: 59 empregos formais por mil, seguido de 72 em 2022 e 81 em 2023. Apesar do crescimento contínuo, o município permanece bem abaixo da média da Região de Integração (RI) Guamá, que passou de 95 em 2019 para 121 em 2023. O Pará teve desempenho superior, com avanço de 125 para 159 empregos formais por mil habitantes no mesmo período (Gráfico 15).

Essa tendência mostra que, embora Marapanim tenha conseguido retomar o crescimento da formalização do trabalho após a crise sanitária, seu mercado de trabalho ainda é mais informalizado ou de menor capacidade absorvente em comparação aos níveis regional e estadual. O crescimento expressivo entre 2020 e 2023 (+47 empregos por mil) é positivo, mas não elimina a defasagem estrutural. A manutenção da trajetória ascendente depende de políticas voltadas à atração de empreendimentos e qualificação da mão de obra local (Gráfico 15).



**Gráfico 15** - Empregos Formais por Mil Habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### PIB per capita

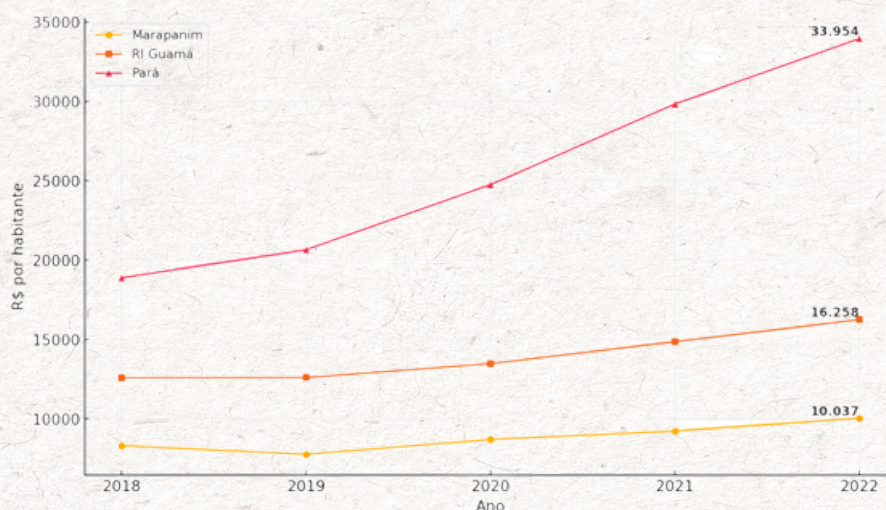
Em Marapanim, o PIB per capita começou em R\$ 8.357 em 2018, sofreu leve recuo para R\$ 7.904 em 2019 e depois retomou crescimento: R\$ 8.648 em 2020, R\$ 9.378 em 2021 e R\$ 10.037 em 2022. Ainda assim, o valor permanece substancialmente inferior ao da RI Guamá, que subiu de R\$ 12.742 para R\$ 16.258 no mesmo intervalo. O estado do Pará apresentou crescimento mais vigoroso, partindo de R\$ 18.905 em 2018 e atingindo R\$ 33.954 em 2022, quase triplicando o valor observado em Marapanim (Gráfico 16).



Esse desempenho revela que o município enfrenta limitações significativas na geração de riqueza per capita, mantendo-se abaixo da média regional e muito distante da estadual. A diferença de mais de R\$ 23 mil em relação ao PIB per capita do Pará em 2022 evidencia o baixo dinamismo econômico local. Ainda que a tendência recente seja positiva, o ritmo de crescimento precisa ser acelerado e acompanhado de maior diversificação produtiva para reduzir essa disparidade econômica (Gráfico 16).



**Gráfico16** - PIB per capita, Marapanim x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.037/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



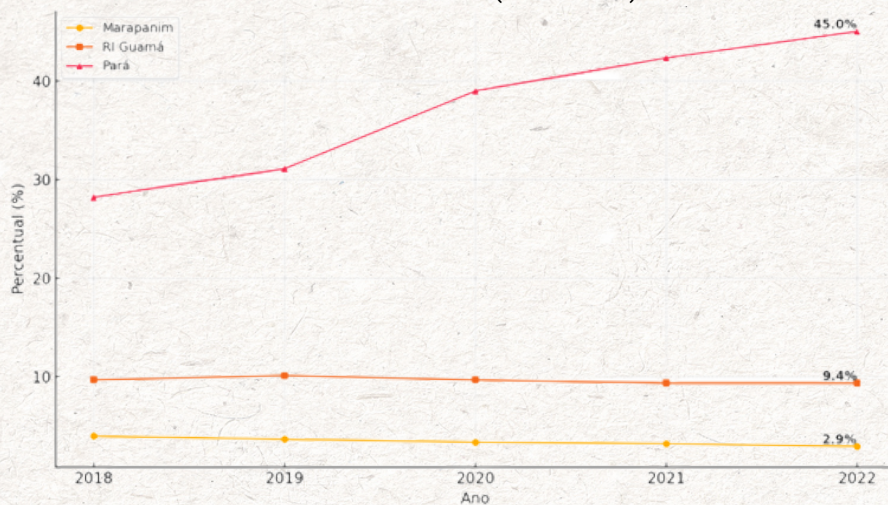
Em Marapanim, a participação da indústria no PIB é bastante reduzida: 3,9% em 2018, recuando para 3,6% em 2019, 3,2% em 2020, 3% em 2021 e 2,9% em 2022. A RI Guamá apresenta padrão mais estável e elevado, variando de 9,6% em 2018 para 9,4% em 2022. Já o estado do Pará evidencia crescimento acentuado da indústria, saltando de 28,4% em 2018 para expressivos 45% em 2022, o que indica forte influência das cadeias extrativas e de transformação na economia estadual (Gráfico 17).

A baixa contribuição industrial em Marapanim reflete a predominância de atividades primárias ou de serviços pouco estruturados na composição econômica local. A tendência de queda constante agrava o quadro, sinalizando desindustrialização ou ausência de políticas de fomento ao setor. Esse comportamento compromete o valor agregado da produção e dificulta a geração de empregos de maior qualificação, perpetuando a dependência de setores de baixa produtividade. A reversão desse quadro exige incentivos específicos à instalação de pequenas indústrias e investimentos em infraestrutura logística e energética (Gráfico 17).





**Gráfico 17** - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Marapanim x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Marapanim, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes caiu de 13,8 em 2019 para 10,2 em 2020 e atingiu o menor valor da série em 2021, com 8,8 profissionais. A partir de 2022, o município iniciou uma recuperação, alcançando 10,8 e depois um expressivo crescimento para 16 em 2023. A RI



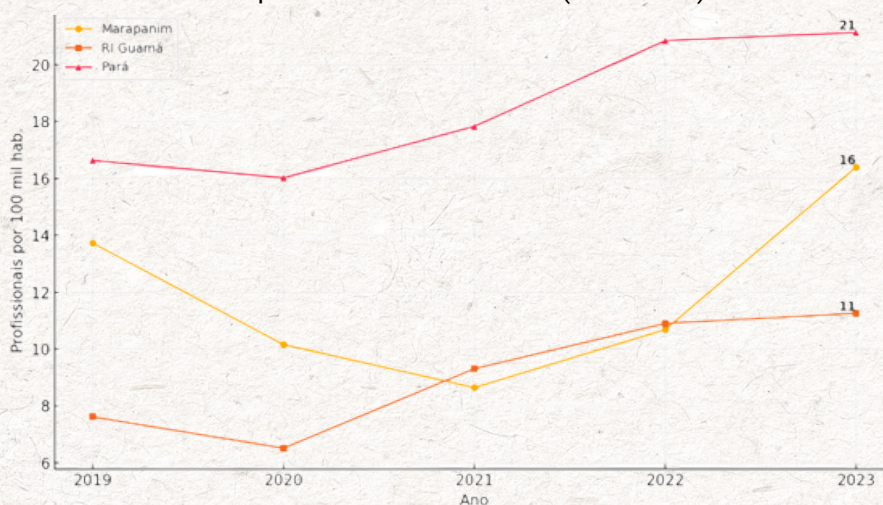
Guamá também cresceu de 7,6 em 2019 para 11 em 2023. O estado do Pará mostrou uma trajetória mais estável e ascendente, partindo de 16,6 para 21 no mesmo período (Gráfico 18).

Apesar da queda inicial, Marapanim superou em 2023 tanto sua própria média histórica quanto os valores da RI Guamá, aproximando-se do patamar estadual. O crescimento recente pode estar relacionado a políticas de incentivo à formação e contratação de profissionais da área científica ou ampliação de instituições com foco em pesquisa e tecnologia. A retomada expressiva é positiva, mas é necessário avaliar sua sustentabilidade a médio prazo e sua inserção no desenvolvimento local (Gráfico 18).





**Gráfico 18** - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*



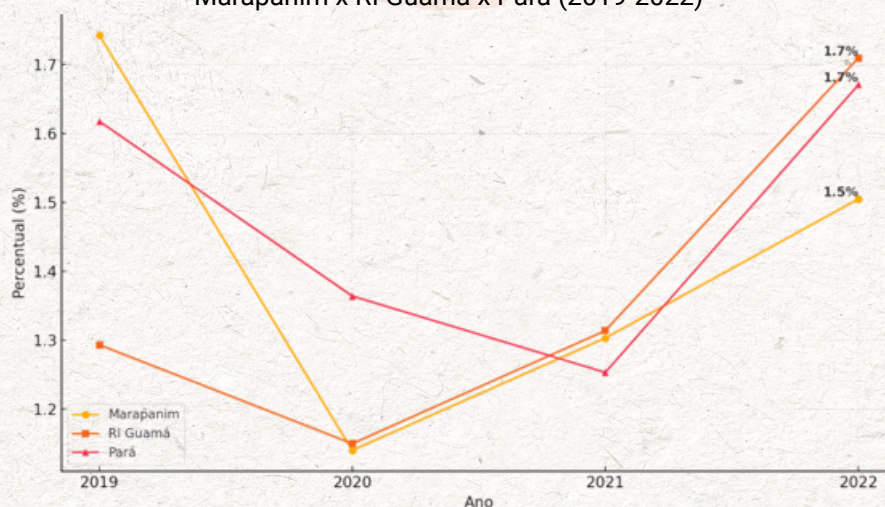


### Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em 2019, a massa salarial dos vínculos formais em Marapanim representava 1,74% do PIB, mas caiu drasticamente para 1,14% em 2020, reflexo claro da retração econômica causada pela pandemia. Em 2021, houve leve recuperação para 1,31%, seguida de nova alta em 2022, alcançando 1,5%. Na RI Guamá, o indicador subiu de 1,29% em 2019 para 1,71% em 2022, enquanto o estado do Pará oscilou de 1,61% para 1,69% no mesmo intervalo (Gráfico 19).

A tendência geral é de recuperação da massa salarial formal após 2020, mas Marapanim ainda não retornou ao nível de 2019. Isso demonstra que, embora haja retomada do emprego formal, os salários pagos continuam com baixa representatividade frente ao PIB municipal. O contraste com os percentuais da RI e do estado mostra que o município ainda enfrenta dificuldades para converter sua atividade econômica em maior remuneração formal dos trabalhadores (Gráfico 19).

**Gráfico 19** - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

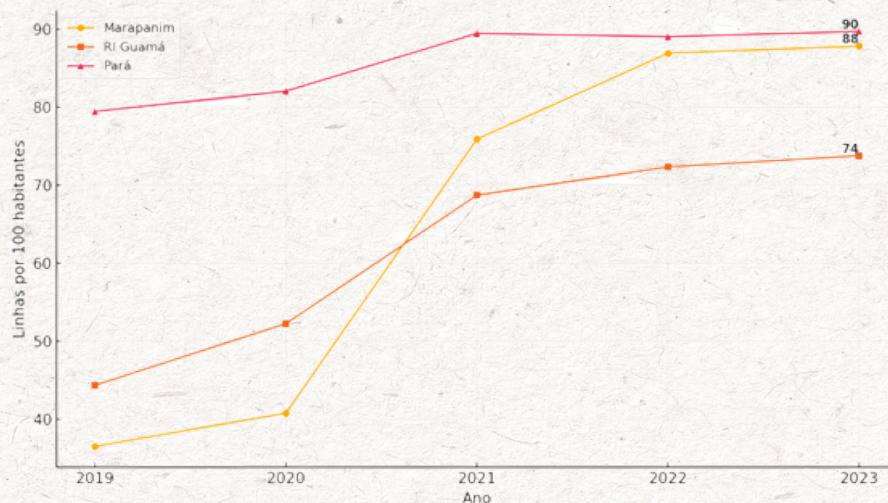
Em Marapanim, o número de linhas móveis por 100 habitantes subiu de 36,3 em 2019 para 40,6 em 2020, e deu um salto expressivo para 75,7 em 2021. Em 2022, o indicador avançou para 87,6, encerrando 2023 em 88,6. O município superou a média da RI Guamá a partir de 2021, cuja evolução foi de 44,8 para 74,1. O estado do Pará também cresceu de 79,5 em 2019 para 90,4 em 2023, mantendo-se no topo da série (Gráfico 20).

Esse crescimento mostra um avanço consistente na acessibilidade a serviços móveis em Marapanim, aproximando o município dos níveis estaduais. A superação da média regional indica melhoria na cobertura e/ou na aquisição de linhas, podendo refletir maior conectividade digital. A estabilização observada em 2023 sugere uma possível saturação ou acomodação do mercado local, mas ainda dentro de um patamar elevado e positivo (Gráfico 20).





**Gráfico 20** - Acesso à Telefonia Móvel, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

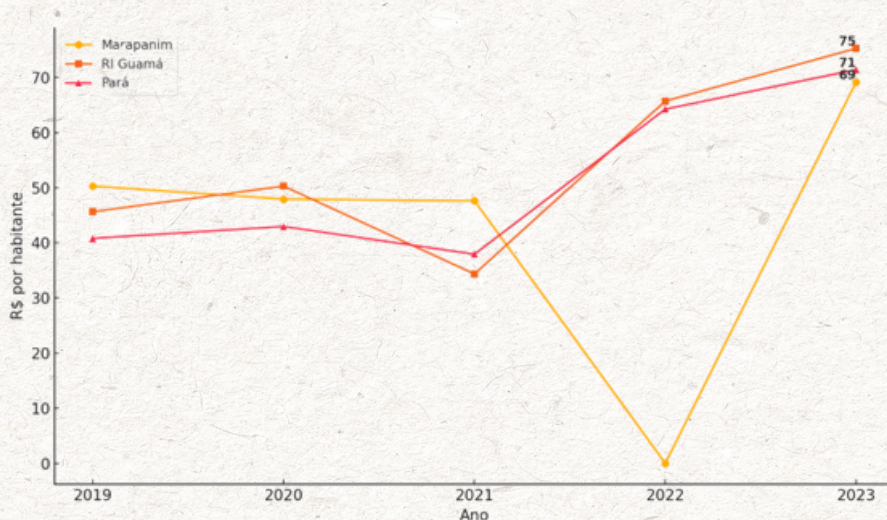
Marapanim iniciou 2019 com R\$ 50,0 por habitante, valor que caiu ligeiramente para R\$ 47,8 em 2020 e manteve-se em R\$ 47,7 em 2021. Em 2022, houve queda abrupta para R\$ 0,0, seguida de uma forte recuperação para R\$ 69,4 em 2023. A RI Guamá variou de R\$ 45,5 em 2019 para R\$ 75,2 em 2023, enquanto o Pará cresceu de R\$ 40,6 para R\$ 71,3 no mesmo período (Gráfico 21).

A interrupção do gasto em 2022 sugere descontinuidade administrativa ou restrição orçamentária pontual, destoando da tendência crescente da RI e do estado. A retomada em 2023 demonstra esforço de recomposição, ainda que não tenha recuperado a liderança observada até 2021. Para consolidar avanços sustentáveis, é essencial assegurar regularidade nos investimentos culturais e ambientais ao longo do tempo (Gráfico 21).





**Gráfico 21** - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

## ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*



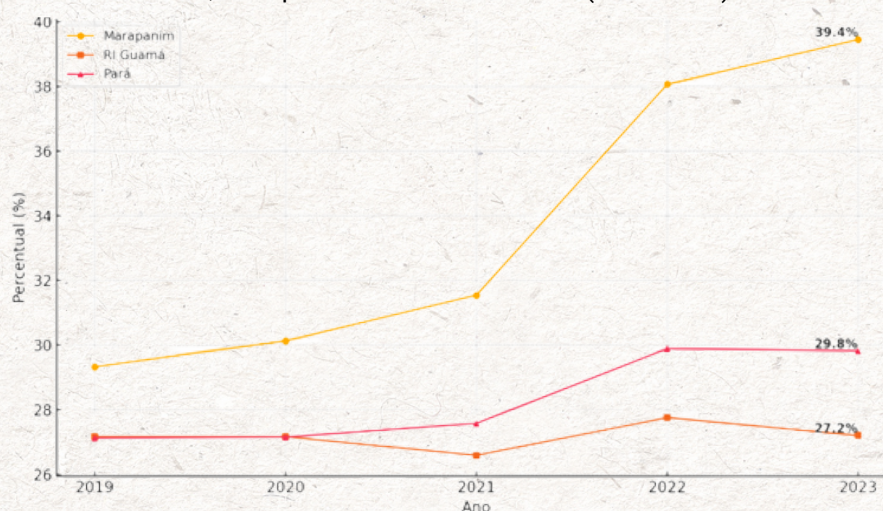


## Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Marapanim, o percentual da população de baixa renda que adota métodos informais de descarte de lixo aumentou de 29,3% em 2019 para 30,1% em 2020 e 31,6% em 2021. Em 2022, esse número saltou para 38,1% e continuou crescendo até atingir 39,4% em 2023. A RI Guamá permaneceu estável, oscilando entre 27,2% e 27,8%, e o Pará saiu de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

A crescente dependência de práticas precárias de manejo de resíduos em Marapanim revela falhas persistentes no serviço de coleta formal. O município ultrapassou significativamente os percentuais regional e estadual a partir de 2021, apontando para vulnerabilidade ambiental e sanitária em expansão. A urgência de investimentos em infraestrutura de coleta e campanhas de educação ambiental é evidente (Gráfico 22).

**Gráfico 22** - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,4 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

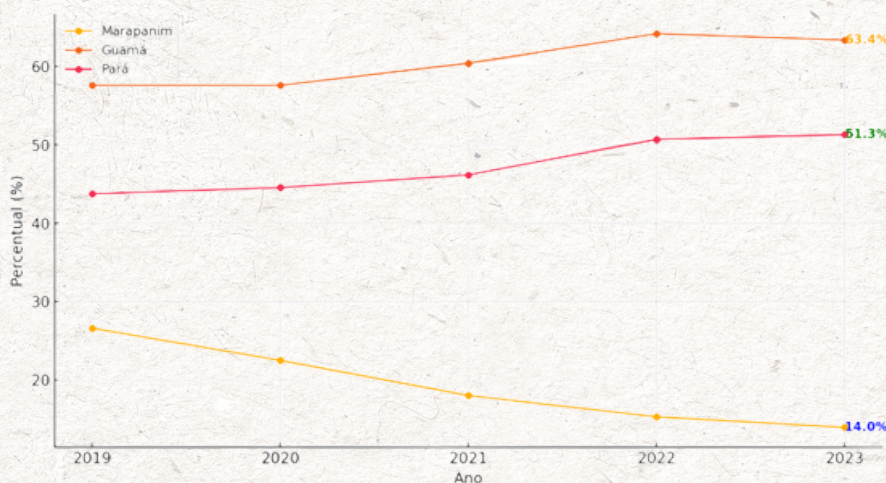


### População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Marapanim iniciou a série com 26,5% da população de baixa renda utilizando fossas rudimentares em 2019. Esse valor caiu progressivamente para 22,4% em 2020, 18,2% em 2021, 15,5% em 2022 e chegou a 14,0% em 2023. Em contraste, a RI Guamá cresceu de 58,2% em 2019 para 69,7% em 2022 e recuou levemente para 63,4% em 2023. O Pará aumentou de 43,9% para 51,3% no mesmo período (Gráfico 23).

Esse desempenho coloca Marapanim em posição destacada, apresentando tendência inversa à da região e do estado. A redução contínua demonstra avanços estruturais significativos no saneamento básico local, especialmente voltados à população mais vulnerável. A manutenção desse ritmo pode posicionar o município como referência regional no combate à precariedade sanitária (Gráfico 23).

**Gráfico 23** - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

## Gastos per capita com prevenção de desastres

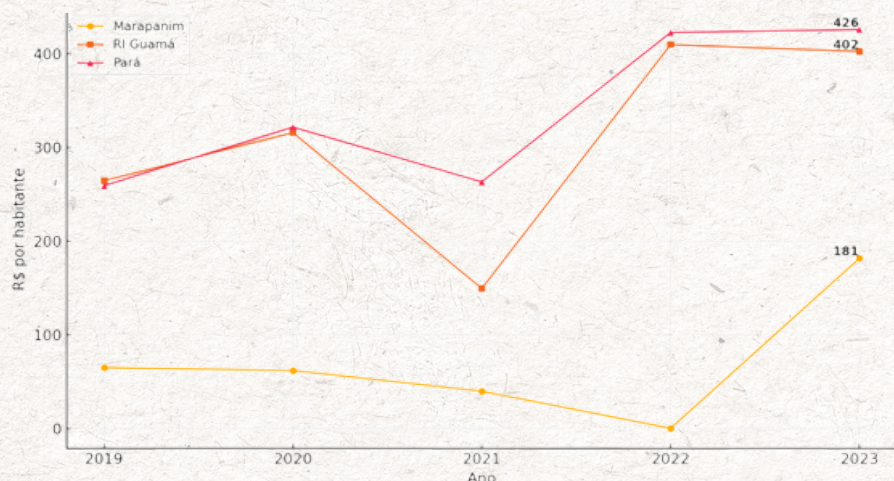
Em Marapanim, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram comportamento irregular ao longo do período. Em 2019, o município investiu R\$ 64,8 por habitante, valor que caiu ligeiramente para R\$ 61,7 em 2020 e para R\$ 41,3 em 2021. Em 2022, o gasto caiu a zero, mas foi retomado com força em 2023, atingindo R\$ 181,2. Já a RI Guamá começou com R\$ 263,6 em 2019, caiu para R\$ 152,5 em 2021 e depois subiu para R\$ 402,1 em 2023. O Pará apresentou trajetória semelhante à da RI, encerrando 2023 com R\$ 426,3 por habitante (Gráfico 24).





A comparação evidencia que Marapanim historicamente aloca menos recursos per capita para essa finalidade do que sua região e o estado. A interrupção total dos gastos em 2022 comprometeu a consistência da política local de prevenção, mesmo com a retomada significativa no ano seguinte. Enquanto a RI Guamá e o Pará reforçaram seus investimentos em 2022 e 2023, Marapanim parece ainda recuperar-se de um período de descontinuidade. A retomada recente é um sinal positivo, mas ainda aquém dos valores médios regionais, apontando para a necessidade de maior prioridade orçamentária no enfrentamento de riscos climáticos e ambientais (Gráfico 24).

**Gráfico 24** - Gastos per capita com prevenção de desastres, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 181 /Hab. enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.





# ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

## Despesa per capita com preservação aquática

Marapanim apresentou valores nulos de despesa per capita com preservação aquática entre 2019 e 2022, com exceção de um gasto mínimo de R\$ 1,1 em 2022. A mudança significativa ocorreu apenas em 2023, quando o município passou a investir R\$ 55 por habitante. A RI Guamá teve uma evolução mais progressiva: R\$ 0,0 em 2019 e 2021, mas cresceu para R\$ 17,2 em 2022 e R\$ 44,3 em 2023. O Pará já partia de um patamar elevado em 2019 (R\$ 183,4), alcançando R\$ 286,8 em 2023, após oscilações nos anos intermediários (Gráfico 25).

A ausência de investimentos por quatro anos

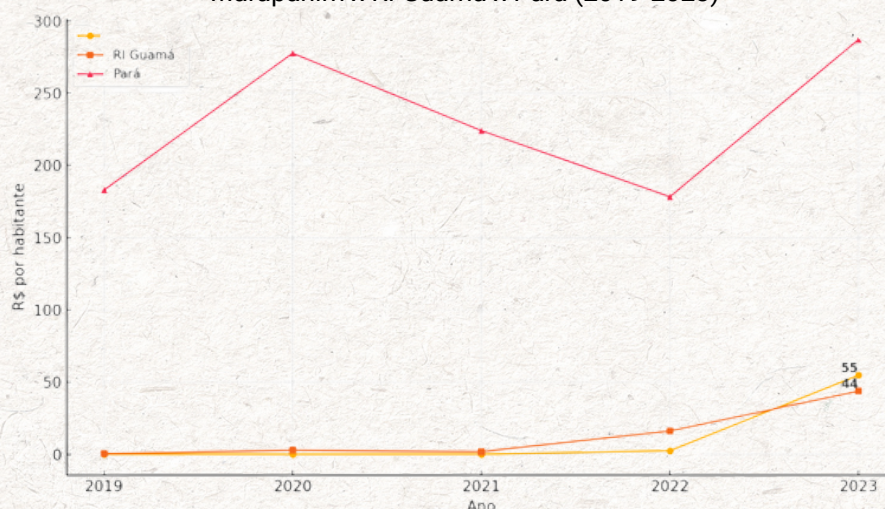
consecutivos coloca Marapanim em desvantagem em relação à preservação de seus recursos hídricos. Apesar do salto registrado em 2023, o município ainda se encontra abaixo da média estadual e ligeiramente acima da média da RI Guamá. O crescimento recente pode indicar um esforço de adequação às políticas ambientais, mas a falta de continuidade compromete os resultados de longo prazo. Para consolidar avanços, será necessário garantir a regularidade orçamentária e alinhar as ações com estratégias regionais de proteção aquática (Gráfico 25).

*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*





**Gráfico 25** - Despesa per capita com preservação aquática, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 55/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

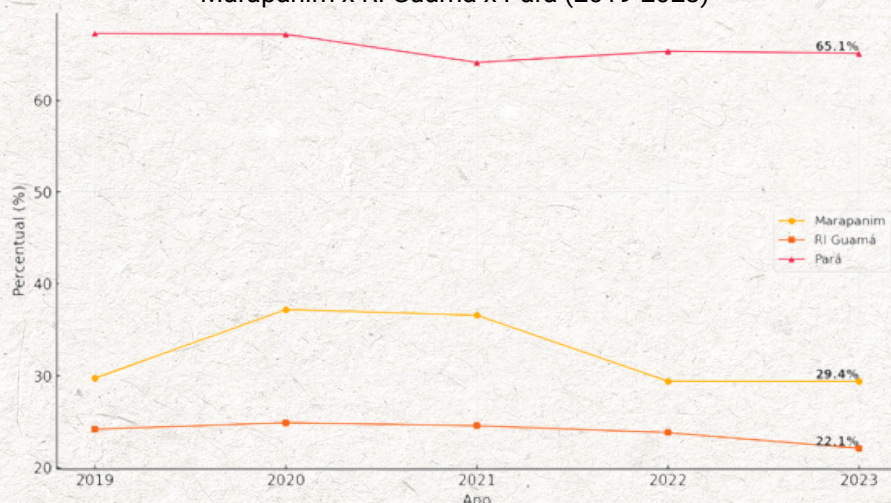
Em Marapanim, a proporção de floresta em relação à área total foi de 29,8% em 2019, subindo para 37,1% em 2020 e se mantendo em 36,5% em 2021. No entanto, houve recuo para 29,5% em 2022, com ligeira queda para 29,4% em 2023. A RI Guamá manteve-se estável, oscilando entre 24,2% e 22,1% ao longo do período. O Pará também apresentou relativa estabilidade, mantendo-se próximo de 67% até 2021, caindo ligeiramente para 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

A trajetória de Marapanim sugere uma valorização florestal

temporária até 2021, seguida de perda significativa de cobertura nos dois anos seguintes. Mesmo assim, o município segue acima da média da RI, mas ainda muito abaixo da média estadual. Essa queda pode estar associada ao avanço de atividades agropecuárias ou expansão urbana. Para evitar retrocessos ambientais, é fundamental fortalecer políticas de preservação, monitoramento via satélite e estímulo à regeneração de áreas degradadas (Gráfico 26).



**Gráfico 26** - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

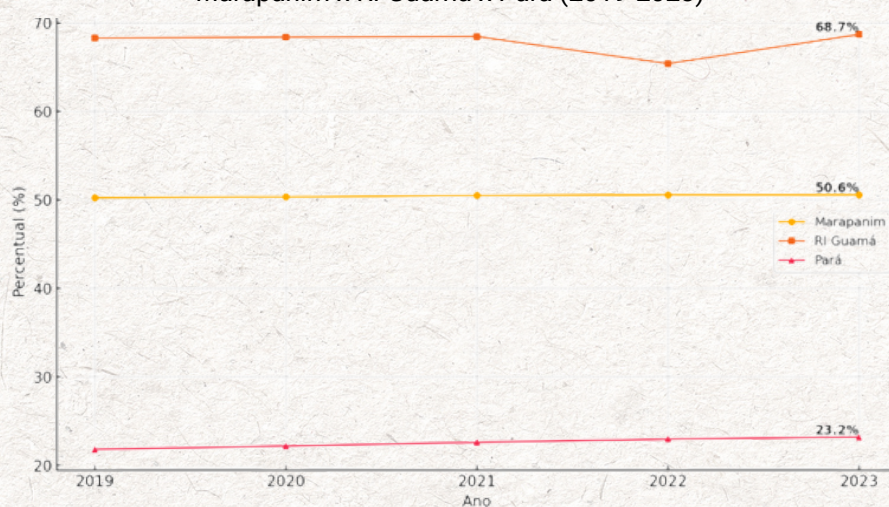
Marapanim manteve a taxa de área desmatada relativamente constante, partindo de 50,2% em 2019 e encerrando 2023 com 50,6%. A variação foi mínima, o que indica uma estabilização em um patamar elevado. A RI Guamá apresentou valores ainda maiores, mantendo-se acima de 68% em todos os anos, com pico de 68,7% em 2023. Já o estado do Pará registrou percentuais significativamente menores, partindo de 21,5% em 2019 e chegando a 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

A estabilização do desmata-

mento em Marapanim, embora positiva frente à tendência de crescimento em outras regiões, ainda ocorre dentro de uma realidade crítica: mais da metade da área total do município encontra-se desmatada. O contraste com os níveis estaduais reforça a gravidade da situação e a urgência de reverter esse quadro. Ações de reflorestamento, restrições ao uso de solo e incentivos à agroecologia são caminhos importantes para reduzir a pressão ambiental e se alinhar às metas de sustentabilidade regionais (Gráfico 27).



**Gráfico 27** - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

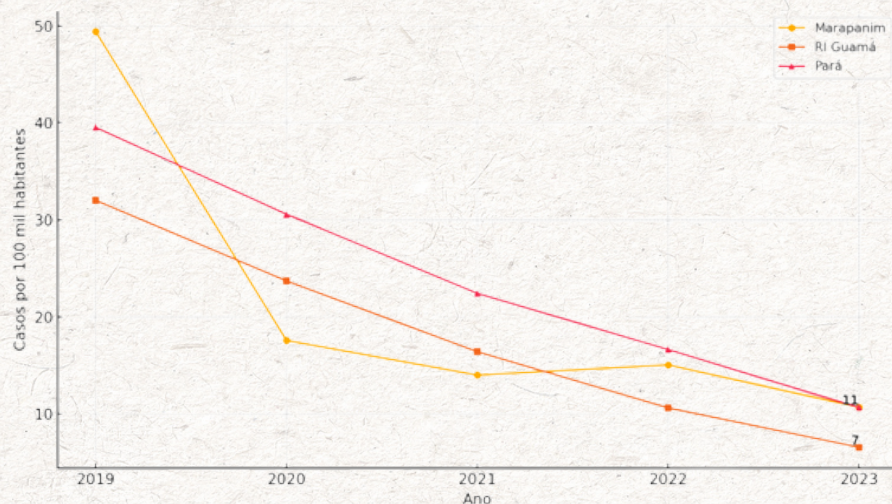
Em Marapanim, o número de casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes apresentou uma queda expressiva entre 2019 e 2023. O indicador iniciou em 49,5 em 2019, reduziu-se para 17,9 em 2020, 14,3 em 2021, teve leve aumento para 15,1 em 2022 e finalizou em 11,4 em 2023. A RI Guamá também seguiu tendência de queda, passando de 32,1 para 6,9 no período. O Pará, por sua vez, reduziu o indicador de 39,5 em 2019 para 10,5 em 2023 (Gráfico 28).

A trajetória descendente revela avanços significativos nas

políticas de combate ao trabalho infantil em todas as esferas. Apesar de iniciar o período em patamar elevado, Marapanim conseguiu uma redução de mais de 75% nos casos em cinco anos. Em 2023, embora ainda esteja acima da média regional, o município praticamente igualou a média estadual, demonstrando eficácia nas ações de proteção à infância. O desafio atual é consolidar os avanços, especialmente com foco na prevenção, fiscalização e reinserção educacional de crianças vulneráveis (Gráfico 28).



**Gráfico 28** - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

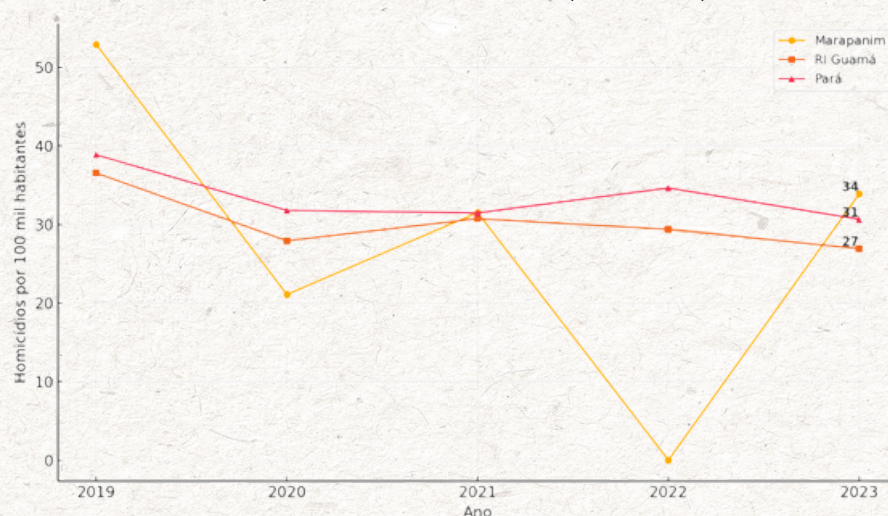
### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Marapanim, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou variação acentuada ao longo dos anos. Em 2019, o município registrava 52,9 homicídios por 100 mil, reduzindo para 21,1 em 2020, e aumentando para 31,2 em 2021. Em 2022, houve uma queda abrupta para 0,0 valor atípico e possivelmente resultado de subnotificação e em 2023 o indicador voltou a subir para 34,2. Na RI Guamá, a taxa caiu de 36,7 em 2019 para 27,1 em 2023. O estado do Pará também teve redução: de 38,7 para 31,1 (Gráfico 29).

Embora Marapanim tenha apresentado uma queda expressiva de 2019 a 2020, oscilou de forma significativa nos anos seguintes. A inconsistência nos dados, especialmente o valor zero em 2022, pode indicar problemas metodológicos ou operacionais na coleta de informações. Em 2023, o município voltou a apresentar uma taxa de homicídios superior à média estadual e regional, o que exige atenção. A retomada da violência letal demanda ações intersetoriais de segurança pública, justiça e inclusão social para conter o agravamento dos índices (Gráfico 29).



**Gráfico 29** - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

## ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.*





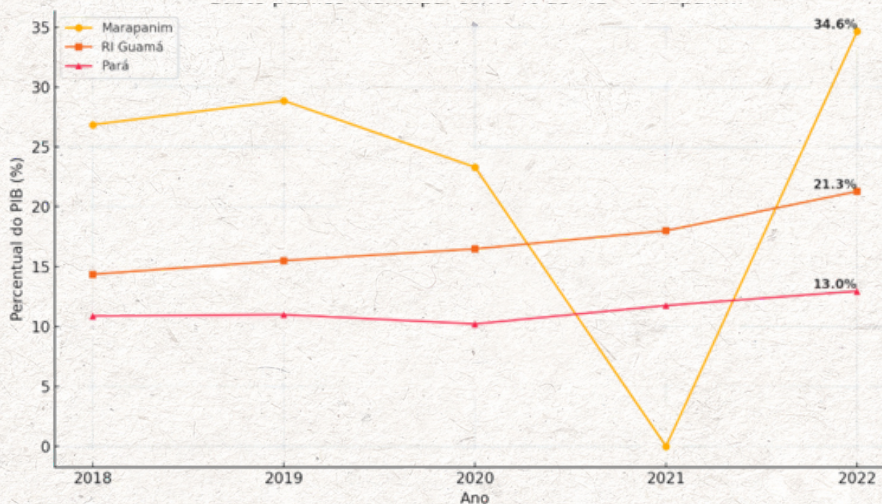
## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Marapanim, o gasto público municipal iniciou em 2018 com 26,7% do PIB, subiu para 28,9% em 2019 e caiu para 23,3% em 2020. Em 2021, houve um colapso total do indicador, com valor zerado (0,0%), possivelmente por ausência de dados ou paralisação da execução orçamentária. Em 2022, o índice saltou para 34,6%, superando todos os anos anteriores. A RI Guamá apresentou crescimento contínuo de 14,4% (2018) para 21,3% (2022), enquanto o Pará subiu de 10,9% para 13,0% no mesmo período (Gráfico 30).

A oscilação abrupta em Marapanim indica forte instabilidade na gestão fiscal, contrastan-

do com o avanço regular das demais esferas. A queda para 0% em 2021 compromete seriamente a continuidade de políticas públicas e pode indicar falhas na prestação de contas ou execução orçamentária. Apesar da alta expressiva em 2022, o município ainda precisa consolidar esse patamar. A RI e o estado do Pará, mesmo com percentuais menores, demonstraram maior estabilidade e previsibilidade na alocação de recursos públicos. A consistência desses dados reforça a importância de planejamento fiscal regular e transparente para garantir sustentabilidade orçamentária local (Gráfico 30).

**Gráfico 30** - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Marapanim x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



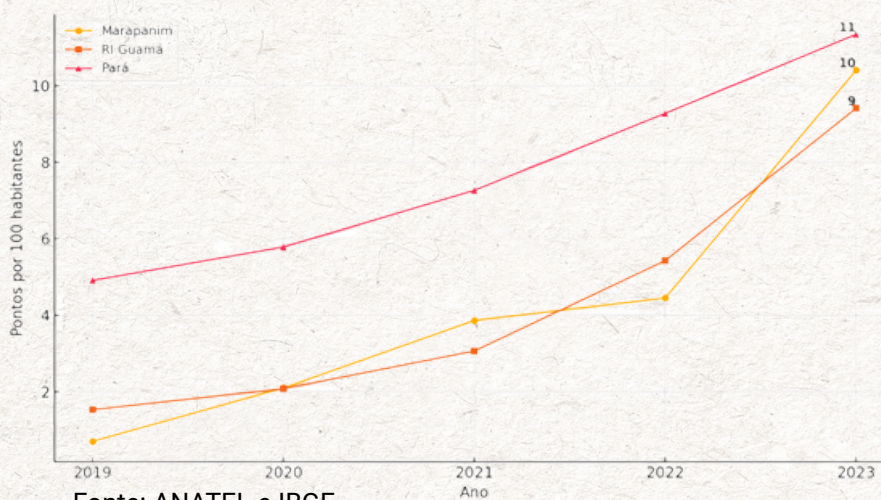
### Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Marapanim, a taxa de acesso à banda larga fixa cresceu de 0,7 em 2019 para 2,1 em 2020, e subiu para 3,8 em 2021. O ritmo desacelerou levemente em 2022, atingindo 4,5, mas saltou para 10,4 em 2023. A RI Guamá teve trajetória semelhante, saindo de 1,5 (2019) para 9,1 (2023). Já o Pará teve crescimento contínuo, iniciando com 4,9 e chegando a 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023, mantendo-se como referência no período analisado (Gráfico 31).

O desempenho de Marapanim foi consistente e acelerado especialmente entre 2022 e 2023, dobrando o índice em um ano. Embora tenha

começado muito abaixo da média estadual e regional, o município conseguiu ultrapassar a média da RI Guamá no último ano. Isso reflete possíveis investimentos recentes em infraestrutura de telecomunicação ou políticas de ampliação do acesso digital. A aproximação da média estadual sugere avanços importantes na inclusão digital, especialmente em contextos escolares, administrativos e domiciliares. A manutenção dessa tendência pode favorecer o desenvolvimento econômico e educacional local, reduzindo desigualdades de acesso à informação (Gráfico 31).

**Gráfico 31** - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Marapanim x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

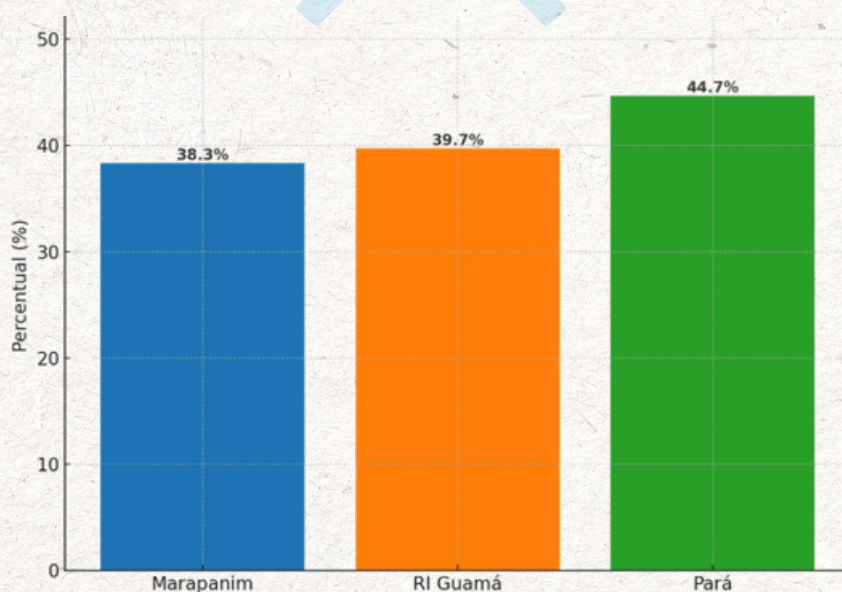


# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Marapanim** registrou um IDS de **38,8%** (gráfico 32).

**Gráfico 32** - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Marapanim x RI Guamá x Pará (2025)



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.





# Anexo I

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2** - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.





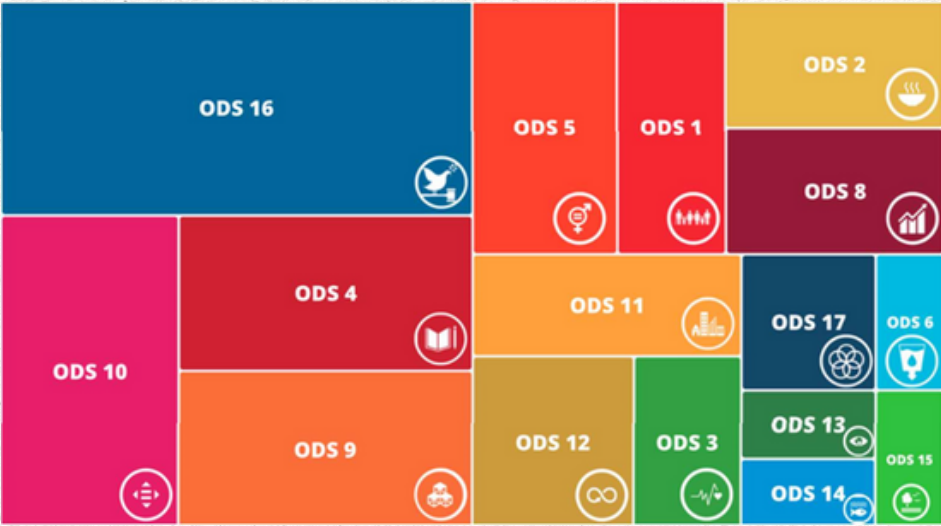
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.





A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).







Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos





dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Marapanim na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Marapanim e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.





Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).





## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

